

A Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) Em Portugal: Revisão da Literatura e Redes de Conhecimento

Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) in Portugal: Literature Review and Knowledge Networks

Miguel Saraiva

miguelsaraiva@gmail.com

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ana Verónica Neves

vonica9@gmail.com

Polícia Municipal de Lisboa

Hélder Santos

hfcs75@hotmail.com

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mónica Diniz

monica.diniz@cm-lisboa.pt

Polícia Municipal de Lisboa

Laura Jota

lauramosajota@gmail.com

UICCC – Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento, do Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

Paula Ribeiro

paularibeiro82@gmail.com

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo/ Abstract

Apesar da Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) ser reconhecida

Although Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) has been recognized

Apoios

Este trabalho, como parte do projeto CANVAS – Towards Safer and Attractive Cities: Crime and Violence Prevention through Smart Planning and Artistic Resistance, foi apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização COMPETE 2020 e do financiamento de projeto POCI-01-0145-FEDER-030748. Por estar sediado no CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, este trabalho foi também apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização COMPETE 2020 e do financiamento POCI-01-0145-FEDER-006891; e pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do financiamento UID/GEO/04084/2013.

como uma disciplina eficaz para reduzir os sentimentos de insegurança e a criminalidade, em Portugal é ainda maioritariamente desconhecida, com parca utilização em projetos urbanísticos e ausente a nível legislativo e na formação académica. A investigação portuguesa em CPTED tem pouco mais de uma década e distribui-se pela academia, administração e organizações policiais com graus de integração e transferibilidade variáveis. Este artigo pretende ser o primeiro estudo científico aprofundado sobre a evolução desta disciplina em Portugal, realizando-se para isso uma exaustiva revisão literária cronológica e concebendo-se a rede de conhecimento de coautoria existente. De um modelo inicialmente disperso e fechado, a investigação evoluiu nos últimos anos para um modelo integrado, com importantes pontes a serem feitas entre os vários grupos institucionais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento como Liberdade; Frente Atlântica do Porto; Governança do Estado Português; Poder Local.

Códigos JEL: O21; R58

1. INTRODUÇÃO - CPTED, O QUE É, E QUAL A IMPORTÂNCIA DE A ESTUDAR

Os níveis de criminalidade e os sentimentos de insegurança continuam a ser dos fatores mais preocupantes nas sociedades atuais. Apesar do decréscimo global das estatísticas de criminalidade (Eurostat, 2016; Farrell et al., 2014), as taxas de pequenos crimes aumentaram em alguns estados membros europeus (Eurostat, 2016), e as tensões sociais decorrentes da crise económica, da instabilidade política e da ameaça terrorista contribuíram para aumentar os sentimentos de insegurança (Vieno et al., 2013).

Embora seja estudada e aplicada como disciplina desde a década de 1970, e reconhecida como eficaz pela União Europeia desde a viragem do século, a Prevenção Criminal através do Espaço Construído (do inglês *Crime Prevention Through Environmental Design* – CPTED)¹, é ainda largamente desconhecida em Portugal.

as an effective mean to reduce feelings of insecurity and crime rates, in Portugal it is still mostly unknown, scarcely used in urban projects and absent from law decrees and academic training. Portuguese research on CPTED has a little over a decade, and is divided into the academia, the administration and the police, with variable degrees of integration and transferability. This article aims to be the first comprehensive study concerning the evolution of this discipline in Portugal. For that an extensive and chronological literature review is performed and a co-authorship knowledge network is devised. From an initially dispersed and closed model, research has evolved in the last few years to an integrated model, with important bridges being raised between the various institutional groups.

Keywords: CPTED, crime prevention, environmental design, knowledge networks, Portugal

JEL Codes: O21; R58

Apenas na última década tem tido um maior reconhecimento e aceitação por parte de profissionais e académicos como medida fundamental para reduzir a criminalidade e os sentimentos de insegurança, complementando medidas “tradicionais” de prevenção policial e social. Assim, a literatura carece ainda de um estudo científico abrangente, aprofundado e crítico sobre a evolução desta disciplina em Portugal e dos atores que a alavancaram; algo que este artigo pretende colmatar.

A CPTED parte de um princípio basilar relativamente simples. Um crime corrente como um assalto, um furto de uma viatura ou uma violação tem menor probabilidade de ser perpetrado se o ofensor sentir que tem mais hipóteses de ser visto ou apanhado. Assim sendo, é possível, através do desenho, do planeamento e da gestão dos espaços urbanos, criar condições físicas e psicológicas para que o potencial criminoso se sinta observado, menos confortável e menos protegido para cometer as suas ações

¹ Neste artigo mantém-se a sigla inglesa CPTED, tal como é prática corrente neste domínio de investigação em países de língua não inglesa. Na secção 4 discutem-se as várias traduções do termo

para português. Decidiu-se manter a sigla no feminino (a CPTED) em consonância com a tradução portuguesa.

criminais.

O termo foi concebido por Jeffery (1971), um sociólogo-criminologista, expandindo três postulados teóricos inicialmente formulados por Jane Jacobs (1961). Um espaço seria mais seguro se tivesse i) uma clara distinção entre a sua vertente pública e privada; ii) vigilância natural por parte dos legítimos utilizadores (“olhos na rua”); e iii) movimento suficiente. Pouco depois, o arquiteto Oscar Newman (1972, 1976, 1980, 1996) refinou e popularizou o conceito CPTED, ao introduzir a definição de ‘espaço defensável’ assente em quatro princípios: territorialidade, vigilância natural, imagem e ambiente.

Ao longo das décadas, vários autores como Mayhew *et al* (1976), Gardiner (1978), Brantingham and Brantingham (1981), Moffat (1983), Crowe (1991), Clarke (1997) ou Cozens *et al* (2005) debateram e retrabalharam estes conceitos adaptando-os às várias fases de evolução da disciplina. Saraiva e Pinho (2011) sintetizaram estas iterações em nove princípios: i) vigilância natural ou passiva; ii) controlo de acesso; iii) territorialidade; iv) hierarquia de espaços; v) espaços de esconderijo ou confinamento; vi) ambiente e suporte de atividades; vii) imagem e manutenção; viii) abordagem multidisciplinar; ix) abordagem colaborativa.

Precisamente, se inicialmente a CPTED estava principalmente voltada para questões físicas, a “segunda geração”, despoletando na década de 1980, introduziu uma componente social focada na participação das comunidades. Surgiram termos como ‘vigilância social’ (Murray *et al.*, 1980), ‘espaço auto-gerível’ (Perlgut, 1981, 1982) ou ‘vigilância de bairro’ (e.g. Murray, 1983), e foram introduzidos importantes conceitos como ‘teoria das atividades de rotina’ (Cohen & Felson, 1979), ‘prevenção do crime situacional’ (Clarke, 1997) e ‘intervenção comunitária’, abordada por autores como Saville (1994), Cleveland e Saville (1998, 2003), Plaster Carter (2002) ou Sarkissian *et al* (2003; 1994; 1997).

Já a atual “terceira geração” está intrinsecamente relacionada com os avanços tecnológicos, nomeadamente o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para análise, modelação e projeção de padrões (Chainey & Ratcliffe, 2013; Curtis, 2012; Elmes *et al.*, 2014), associado a teorias como a ‘lei da concentração do crime’ (Braga *et al.*, 2012; Weisburd *et al.*, 2012) ou termos como ‘policimento

inteligente’ (Braga & Schnell, 2013; Coldren *et al.*, 2013; Weisburd & Telep, 2014).

Neste sentido, a União Europeia tem vindo a reconhecer oficialmente a importância da CPTED. O primeiro relatório da European Crime Prevention Network (EUCPN, 2002) descreve-a como uma “*estratégia útil, eficaz, muito concreta e aplicável para prevenir o crime e os sentimentos de insegurança*” e que “*as melhores práticas devem ser recolhidas, avaliadas e tornadas acessíveis aos stakeholders*”. Uma década depois, o Conselho Europeu reforçava que a CPTED era uma “*filosofia de prevenção do crime pro-activa*” e um importante “*primeiro passo*” na resolução dos problemas de crime na Europa (CEU, 2011). De facto, estudos recentes têm comprovado uma positiva correlação entre o desenho urbano, a redução da criminalidade e a sustentabilidade dos espaços urbanos (Armitage, 2016; Hedayati Marzbali *et al.*, 2011; Johnson *et al.*, 2014). De acordo com Farrell (2013), a diminuição da criminalidade correlaciona-se mais com a redução das oportunidades no espaço físico do que com um maior policiamento ou alterações de natureza socioeconómica.

Mesmo assim, a aceitação de investigadores, profissionais e políticos da CPTED nunca foi tão aberta quanto seria expectável. Desde a sua conceção, autores como Bottoms (1974), Mawby (1977), Merry (1981), Moffatt (1982) ou Atlas (1991) salientaram que o facto destes princípios serem de eficácia subtil e pouco mediática, não atuarem contra crimes de maior escala e de haver alguma dificuldade em provar empiricamente a sua eficácia, tornaram reticente a sua aceitação e projeção. O próprio *Standard* Europeu datado de 2007 (ver Cardia, 2013) foi parcamente adotado pelas autoridades nacionais (Grönlund *et al.*, 2014; Stummvoll, 2012). O desconhecimento, a relutância de mudar das estratégias tradicionais, a perceção de panaceia e a falta de um enquadramento legislativo adequado são tidas como as principais razões (Chiodi, 2016; Saraiva *et al.*, 2016; Schubert *et al.*, 2016).

Se o Reino Unido, a Holanda e a Dinamarca foram pioneiros na adoção de práticas CPTED a partir dos anos 1980, a maioria dos restantes países europeus apenas o começou a fazer nas décadas seguintes, mais ou menos timidamente (Grönlund, 2014; Stummvoll, 2012). Em Portugal, só na última década é que a investigação criminológica sobre prevenção situacional se

tem debruçado especificamente sobre a CPTED, acompanhada por claras diretivas governamentais para imiscuir estas práticas no planeamento, construção e gestão dos espaços urbanos (Saraiva et al., 2016).

Numa altura em que Portugal reduz os seus níveis de criminalidade mas aumenta taxas de alguns tipos de pequenos crimes (Eurostat, 2016; PORDATA, 2016; SSI, 2015) e em que uma nova geração de Contratos Locais de Segurança se prepara para efetivar (MAI, 2016), é importante discutir mais concretamente a introdução da CPTED, até agora praticamente inexistente, nas estratégias de planeamento e reabilitação dos espaços urbanos. Apenas três autores já apresentaram revisões sobre CPTED em Portugal (Baptista, 2015; Rodrigues, 2016; Saraiva et al., 2016), embora apenas de forma reduzida e parcial. Este artigo pretende ser assim o primeiro estudo a refletir de forma aprofundada sobre o conhecimento CPTED atualmente existente em Portugal e, conseqüentemente, a refletir como esta disciplina poderá auxiliar a reverter as tendências estatísticas da criminalidade e contribuir para a criação de espaços urbanos mais seguros, confortáveis e atrativos.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Não pretendendo ser uma reflexão sobre o estado da arte, os princípios e a aplicabilidade das estratégias CPTED – consultar artigos de revisão como Soomeren (1987, 2014), Cozens *et al.* (2005), Saraiva *et al.* (2016; 2011), Hollis-Peel *et al.* (2011), Michael *et al.* (2012), Gibson e Johnson (2013), Johnson *et al.* (2014) ou Grönlund (2014) – este artigo almeja traçar, de forma inédita na investigação científica nacional, a evolução do conhecimento em Portugal sobre esta disciplina e as redes de atores que a alavancaram.

Reconhece-se que há um sólido historial em Portugal de investigação e aplicação das teorias da prevenção situacional, das atividades de rotina ou dos padrões criminais nas áreas da sociologia, direito ou criminologia, que não deve ser desconsiderada no debate sobre estratégias de prevenção da criminalidade. Contudo, neste artigo tomou-se a decisão de focar em exclusivo nos estudos científicos que referenciam diretamente a CPTED, quer seja como parte

integrante da análise ou apenas da revisão da literatura, visto existir uma grande lacuna na literatura neste domínio. Esta focagem permitiu salientar que estes documentos são em muito menor número que a habitual investigação criminológica nacional e que nem todos derivam dela. O campo de investigação abre-se assim para incluir trabalhos das áreas da arquitetura, design, geografia ou planeamento urbano.

A base de documentos analisada partiu primeiramente do conhecimento e experiência profissional dos autores, especialistas nos vários campos analisados da academia, organizações policiais e administração, suportada por uma sistemática pesquisa bibliográfica. Esta contemplou artigos científicos com revisão por pares, apresentações em encontros científicos, relatórios de entidades públicas, trabalhos académicos avançados (mestrado, pós-graduação, doutoramento) e demais relevantes publicações e projetos. O método de pesquisa adicional consistiu na inserção em bases de dados como a ScienceDirect, a Web of Science™, e Google Scholar ou a Researchgate de palavras chave como “CPTED” ou “Portugal”, e as várias traduções do primeiro termo associadas a expressões como “prevenção da criminalidade”, “(in)segurança”, “espaço defensável”, “planeamento” ou “desenho urbano”. Não foi condição que os documentos estivessem escritos em português, visto que alguns autores disseminaram os seus trabalhos internacionalmente. Do mesmo modo, não foi condição que o autor fosse português, visto que alguns autores estrangeiros trabalharam esta disciplina em Portugal ou em coautoria com autores portugueses. Por fim, também se considerariam publicações de autores, nacionais ou estrangeiros, em sede de edição estrangeira, desde que se referissem ao estudo, análise ou aplicação de CPTED em Portugal. Contudo, nenhuma foi encontrada. As referências bibliográficas de cada documento encontrado serviram igualmente como fonte de informação.

Desta forma, foi concebida uma base de dados documental e posteriormente criada uma base relacional de coautorias para possibilitar a aplicação da metodologia de análise de redes sociais², com o intuito de caracterizar a comunidade de autores que desenvolvem trabalho sobre a CPTED, tendo Portugal como objeto geográfico dessa produção de conhecimento. A teoria

² O foco deste artigo é a CPTED e não a análise de Redes Sociais, daí ter-se optado por não descrever os processos metodológicos

inerentes a este tipo de análise. Sugere-se a leitura de Borgatti et al. (2013).

das Redes Sociais parte da hipótese de que não importam apenas os atributos dos atores, mas as ligações entre si e o seu posicionamento em rede para definir os seus constrangimentos, oportunidades e prestação. De acordo com Borgatti et al. (2013) o que acontece a um determinado grupo é, em parte, função da estrutura de ligações entre os membros desse grupo. Assim, utilizando o software NodeXL, foi construída uma rede sociocêntrica, unimodal e não direcional. Ou seja, foi criada uma rede onde os vértices são constituídos pelos diversos autores e as ligações entre eles representam as ligações de coautoria. Os vértices foram classificados segundo os atributos da esfera institucional em que se insere cada um dos autores (academia, administração, organizações policiais e empresas) e da respetiva localização da instituição (em Portugal ou no estrangeiro).

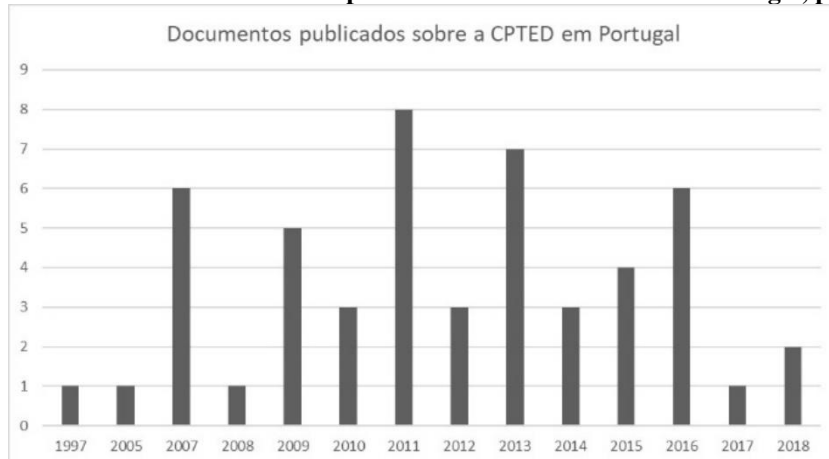
A análise dividiu-se em duas vertentes. A primeira consistiu numa revisão literária cronológica de todos os documentos encontrados, por forma a resumir, de forma inédita, o historial de investigação académica, administrativa e policial sobre CPTED em Portugal. A segunda consistiu numa análise das métricas associadas às redes sociais, atendendo à morfologia, aos atores e às ligações. Isto permite situar o historial da literatura CPTED em Portugal no respetivo contexto institucional, através do atributo dos vértices correspondente à esfera institucional a que pertence cada um dos autores, identificando a fertilização cruzada de conhecimento que daí resulta a partir das relações de coautoria que se

estabelecem. Contribui ainda para identificar a incorporação direta de conhecimento com origem noutros países, através da participação de coautores estrangeiros, outro atributo dos vértices considerado na análise. A exploração das medidas básicas de centralidade local e global³ permite ainda esboçar um retrato inicial dos autores que mais têm contribuído para estruturar esta comunidade em torno da CPTED em Portugal. Apenas um dos documentos encontrados não foi incluído nesta segunda análise, por não explicitar autores, apenas uma autoria institucional; nomeadamente a Estratégia Nacional para a Habitação (IHRU, 2015).

3. A BASE DE DADOS CPTED EM PORTUGAL

A base de dados concebida é constituída por 51 documentos. A Figura 1 mostra a sua distribuição por ano. A investigação científica deu-se quase em exclusivo na última década, sendo 2007 o importante ano de arranque, e 2011 e 2013 os anos em que foram publicados o maior número de estudos. A academia é responsável pela maior parte da produção (61%), enquanto a administração central é responsável por 14%, e as organizações policiais por 25% (Figura 2). Note-se que as dissertações realizadas na Academia Militar e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), bem como as publicações de membros da Polícia Municipal foram consideradas como produção das organizações policiais.

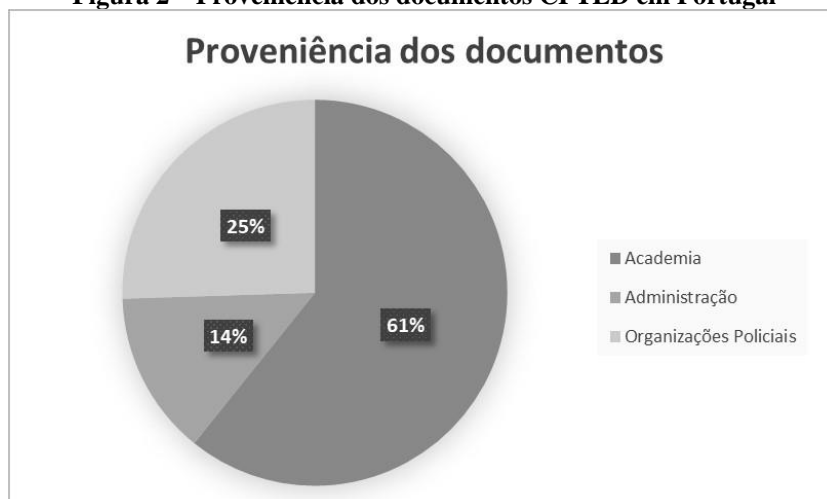
Figura 1 – Número de documentos publicados sobre a CPTED em Portugal, por ano



³ Uma “Medida de centralidade” corresponde ao posicionamento individual de um autor (representado por um vértice) relativamente aos restantes autores (representados pelos restantes vértices). Uma maior centralidade local, medida pelo grau, corresponde normalmente a uma vantagem no processo de produção de conhecimento, dado que este autor influencia um número

diversificado de coautores no processo de produção de conhecimento. Mesmo assim, um autor com menos ligações na rede pode, por exemplo, desempenhar um papel de ponte com outros autores, que de outra forma não estariam ligados, daí que, nesta exploração inicial, se considere também as medidas de centralidade global (*betweenness centrality*) (Scott, 2013).

Figura 2 – Proveniência dos documentos CPTED em Portugal



As dissertações de Mestrado são a tipologia de documento dominante, correspondendo a 33% (Quadro 1). Os artigos em revistas nacionais constituem 10%, enquanto os artigos em

revistas internacionais, as dissertações de investigação aplicada e os manuais sobre a disciplina constituem cada 8% do total dos documentos publicados.

Quadro 1 – Tipologia dos documentos CPTED em Portugal

		Frequência	%
Livros	Livro	1	2,0
	Capítulo de livro	3	5,9
Artigos	Artigo em revista internacional	4	7,8
	Artigo em revista nacional	5	9,8
	Artigo de conferência	3	5,9
Trabalhos Académicos	Tese de Doutoramento	3	5,9
	Dissertação de Mestrado	17	33,3
	Dissertação de Investigação Aplicada	4	7,8
	Projeto de Graduação	2	3,9
Manuais e Relatórios	Relatório	2	3,9
	Relatório de Projeto	3	5,9
	Manual	4	7,8
Total		51	100

4. A REDE DE CONHECIMENTO CPTED EM PORTUGAL

A rede de conhecimento (Figuras 3 e 4) é, como seria de esperar, relativamente pequena. Os 51 documentos encontrados foram concebidos por uma comunidade de 72 autores, sendo

que 25 (um terço; maioritariamente associados a trabalhos académicos), elaboraram os seus trabalhos individualmente, não possuindo qualquer ligação aos restantes autores. Das 178 ligações de coautoria encontradas, mais de 80% são únicas, ou seja, ocorrem apenas uma vez. A maior distância entre dois quaisquer atores é de

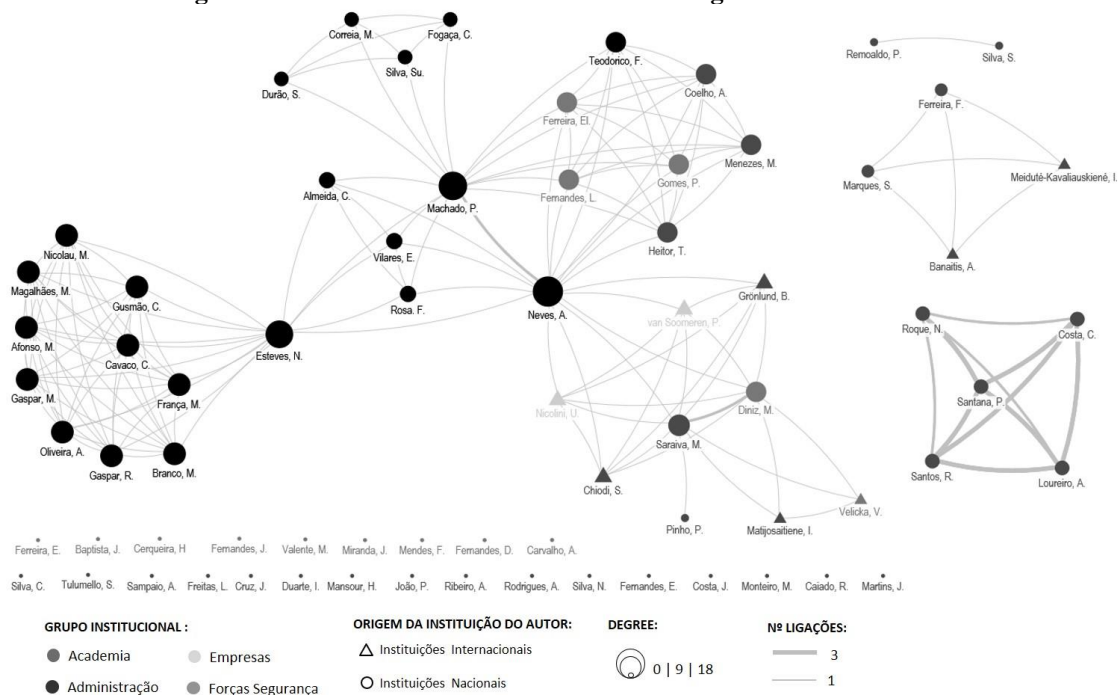
4 “saltos⁴” (passando por 3 autores de permeio), mas a distância média é de apenas 2 “saltos”. É, portanto, uma rede com um elevado número de relações diretas e subgrupos de elevada proximidade, associados a um pequeno número de publicações (a maior parte das vezes apenas uma). É também uma rede não conexa. Nota-se claramente a existência de uma comunidade principal, constituída por 36 autores (51% do total) e 144 ligações (81% do total), complementada por três pequenas comunidades desconectadas. Estas correspondem a artigos académicos em coautoria liderados por Santana (4 coautores), Marques (3 coautores) e S. Silva (1 coautor), onde nenhum dos autores publicou com membros da comunidade principal.

A origem dos autores segue a mesma lógica da origem dos documentos; o contexto académico é o mais frequente, seguido das organizações policiais e da administração. Dois coautores (ambos estrangeiros) provêm de empresas. Territorialmente, a rede desenvolve-se numa

escala nacional de proximidade, sendo que somente em coautoria se encontram autores associados a instituições estrangeiras, nomeadamente da Lituânia (o país mais frequente), Itália, Holanda e Dinamarca. Todos os autores estrangeiros estão associados a artigos de primeira autoria de Saraiva, Diniz ou Marques.

As comunidades criadas são claramente homofílicas, o que significa que relacionam autores maioritariamente pertencentes à mesma esfera institucional (principalmente da administração ou da academia). Mesmo assim, há importantes ligações heterofílicas que permitem a fertilização cruzada de conhecimento em contextos institucionais diversos, conferindo um certo carácter exogâmico à comunidade. Estas ligações são produzidas por um pequeno conjunto de autores, que ganham destaque por criarem pontes institucionais e servirem de elementos de charneira na comunidade de coautoria, ao mesmo tempo que permitem conjugar preocupações de investigação fundamental e aplicada na produção de conhecimento.

Figura 3 – Rede de coautoria CPTED em Portugal: centralidade local



⁴ Um salto corresponde à sequência de ligações que conectam indiretamente dois autores (vértices) (Scott, 2013).

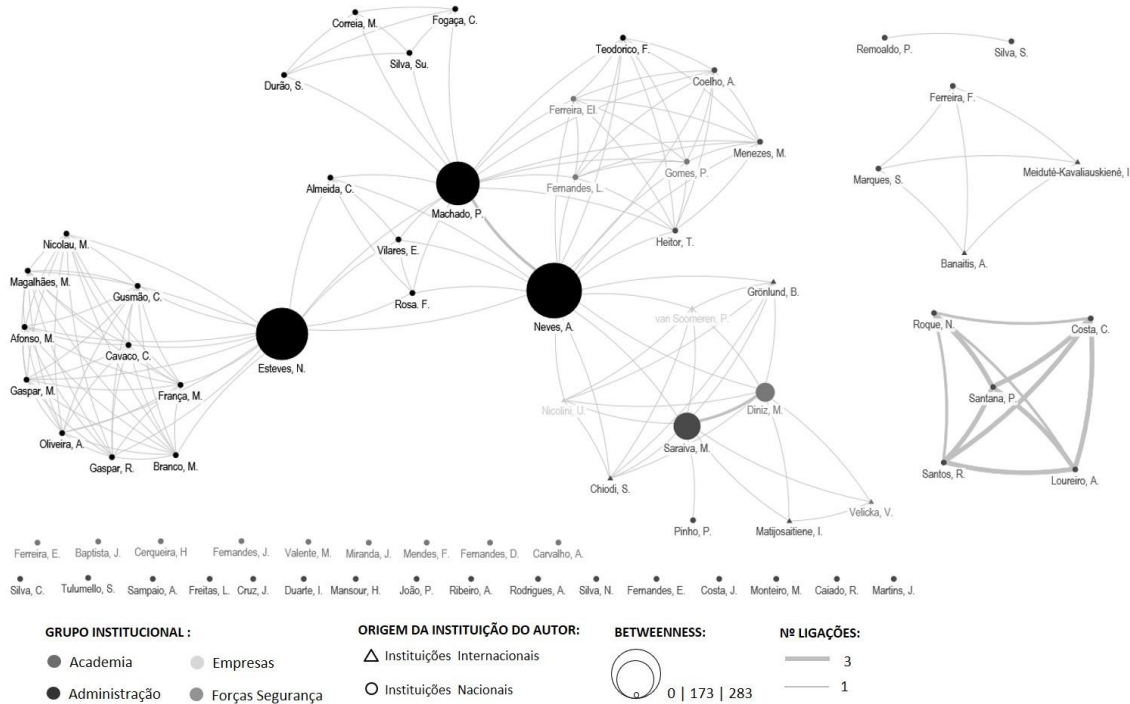
Quadro 2 – Número de autorias e grau⁵ de centralidade local e global dos principais autores

Autor	Número de documentos em autoria/coautoria	Grau de centralidade local	Grau de centralidade global
Neves, A.	3 / 2	18	283
Machado, P.	2 / 1	16	173
Esteves, N.	0 / 2	15	250
Saraiva, M.	3 / 1	9	65
Diniz, M.	2 / 1	8	31

Em termos de centralidade local (Figura 3), onde os valores num nó correspondem ao número total de relações de coautoria de um determinado autor, há três autores que se destacam: Neves (18 relações de coautoria) e P. Machado (16 relações), associados a documentos da Direção Geral da Administração Interna (DGAI), e Esteves da Direção Geral do Território (DGT) (15 relações). O autor mais relacionado da esfera académica é Saraiva, da Universidade do Porto (9 relações); e das organizações policiais é Diniz, da Polícia Municipal de Lisboa (PML) (8 relações) (ver Quadro 2). Destes, Esteves tem apenas duas coautorias de relatórios institu-

cionais (DGOTDU, 2011; DGT, 2016), que possuem no entanto um elevado número de coautores da administração, justificando assim o seu peso na rede. São portanto Neves, P. Machado, Saraiva e Diniz aqueles que mais se assumem como os *boundary spanners* (Tushman, 1977) e os *brokers* (Borgatti et al., 2013) da rede. Ou seja, são os autores-chave na transferência de conhecimento, executando ligações entre os diferentes contextos institucionais que de outra forma não estariam em contacto. De notar que Neves e P. Machado têm relação a outros dois autores cada, por via de terem orientado os seus trabalhos académicos.

Figura 4 – Rede de coautoria CPTED em Portugal: centralidade global



⁵ Um “grau” corresponde ao número de ligações únicas que se estabelecem com um determinado autor (vértice) (Scott, 2013).

A Figura 4 apresenta a mesma rede medida através do grau de centralidade global (*betweenness*), onde o valor do nó corresponde ao número de vezes que se tem de passar por um determinado autor para se poder relacionar cada autor com os restantes pelo caminho mais curto. De novo, os principais autores são Neves, P. Machado e Esteves, e num segundo nível Saraiva e Diniz (Quadro 2), confirmando assim o seu papel como os principais conectores da rede. Sem estes cinco autores a comunidade fragmentar-se-ia num número mais significativo de componentes isoladas. O que quer dizer que são eles que promovem a circulação de conhecimento dentro da comunidade, nomeadamente entre grupos coesos e, com exceção de Esteves, entre diferenciadas esferas institucionais. A secção seguinte, traçando o historial da investigação CPTED, permitirá entender melhor as dinâmicas existentes dentro desta rede.

5. O HISTORIAL DE INVESTIGAÇÃO CPTED EM PORTUGAL

5.1. A nomenclatura CPTED em português

Como ponto prévio, nota-se que desde o começo o termo CPTED provou ser de tradução difícil, principalmente devido à expressão “*environmental design*”. Enquanto alguns autores optaram por não traduzir o termo, mantendo a expressão inglesa, os restantes foram propondo diferentes traduções sem que tenha emergido, numa primeira instância, um consenso. Entre 2005 e 2013, foram encontradas treze traduções diferentes, o que demonstra o quão dispersa, pouco cruzada e pouco disseminada estava a investigação nacional nestes domínios:

- Prevenção Do Crime pelo Projeto da Envoltente Ambiental (Cruz, 2005)
- Prevenção Criminal através do Planeamento Ambiental (Evaristo Ferreira, 2011)
- Prevenção do Crime Através do Ambiente Construído (S. Silva, 2013b)
- Prevenção Através do Design do Ambiente (L. F. Fernandes, 2007)
- Prevenção do Crime através do Design Ambiental (N. Silva, 2013)
- Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental (Ribeiro, 2011)
- Prevenção do Crime através do Desenho e Ambiente Urbano (Santana & Roque, 2007)

- Prevenção do Crime através do Desenho do Ambiente Urbano (Santana, Santos, Costa, & Loureiro, 2009)
- Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano (Saraiva, 2008)
- Prevenção Criminal Através do Desenho Urbano (DGAI, 2009)
- Prevenção Criminal Através do Ordenamento do Espaço Urbano (Gomes, 2007)
- Prevenção do Crime Através da Conceção do Espaço (D. Fernandes, 2011)
- Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Edificado (DGOTDU, 2011)

Em 2013, foi publicado um guia-de-boas-práticas pela DGAI (2013) intitulado “Prevenção Criminal através do Espaço Construído”. De acordo com este guia, esta tradução já havia sido acordada internamente em Outubro de 2010, num *focus group meeting* onde participaram, entre outros, Coelho, Elisabete Ferreira, Fadigas, L. Fernandes, Freitas, Menezes, Gomes, Heitor e Neves. Esta expressão passou a ser adotada pela maioria dos autores subsequentes (Costa, 2015; DGT, 2016; J. Fernandes, 2017; Neves, 2012; Rodrigues, 2016; C. Silva, 2014), embora tenha sido adulterada nalguns documentos para “Prevenção *do* Crime Através do Espaço Construído” (Cerqueira, 2012; Coelho, 2011; DGOTDU, 2011; Duarte, 2013; Elisabete Ferreira, 2013). O facto de não ter surgido uma tradução diferente desde então revela que o documento da DGAI foi agregador, oficializando a disciplina em Portugal.

Apenas Saraiva et al. (2016) escolheram utilizar a nova terminologia Prevenção do Crime Através do Planeamento e do Desenho Urbano (*Crime Prevention Through Urban Design and Planning – CP-UDP*), popularizada entre os especialistas europeus que fizeram parte da Ação COST com o mesmo nome que ocorreu entre 2012 e 2016 (COST Action TU1203).

5.2. A primeira década e os autores pioneiros (1997-2008)

O primeiro trabalho encontrado a mencionar a CPTED é a dissertação de E. Fernandes (1997) na Universidade do Porto, através da citação dos trabalhos de Jeffery e Newman num dos capítulos da sua revisão literária. Afirmando que a “*generalidade dos estudos de planeamento urbano tratam a questão da segurança como algo exterior ao planeamento*”, o autor cruza as características morfo-tipológicas

da cidade do Porto com as estatísticas de criminalidade entre 1928 e 1988. Conclui que as políticas de habitação social desenvolvidas desde 1956 e as novas formas de vivência urbana a partir dos anos 1980 foram os principais fatores da alteração da relação cidade-crime.

Oito anos depois, na Universidade de Aveiro, a dissertação de Cruz (2005) considera a CPTED como uma das estratégias chave para garantir uma maior segurança nos transportes públicos de Lisboa e Porto. Apoiado em *checklists* da literatura internacional, o autor faz uma avaliação qualitativa das práticas seguidas pelos operadores na conceção de veículos, infraestruturas, rotas percorridas e políticas de funcionamento, cruzando-a com as estatísticas de criminalidade nas redes de transporte.

É entre os anos 2007 e 2008 que espoleta a investigação CPTED em Portugal. Alguns autores como H. Machado e Santos (2009) ou Tulumello (2014) justificam-no com o aumento inesperado da criminalidade, e o consequente aumento do frenesim mediático, dos sentimentos de insegurança e de uma maior preocupação da sociedade. De facto, após uma diminuição no início do novo milénio, os dados da Polícia de Segurança Pública (PSP) denotam um aumento de crimes registados de 186.363 em 2007 para 214.765 em 2008; e os da Polícia Judiciária (PJ) um aumento de 9.804 em 2006 para 15.759 em 2008 (e 20.634 em 2009) (PORDATA, 2018).

Como resposta, foi aprovada a primeira Estratégia Nacional para a Segurança, e o Relatório Anual de Segurança Interna de 2008 incluiu pela primeira vez diretivas para a criação de redes preventivas (ver Tulumello, 2014). Em sequência, o Ministério de Administração Interna (MAI) em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) desenvolveu vários relatórios temáticos focados na ecologia da criminalidade e na prevenção situacional no âmbito do projeto ‘Metrópoles Seguras – Bases para Uma Intervenção Multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto’ (P. Machado et al., 2007; Menezes, 2009; Rebelo et al., 2009). Contudo, apesar de correlacionarem as estatísticas criminais com os contextos físicos e sociais, estes estudos não referem diretamente a CPTED.

Em contrapartida, Heitor (2007) – o primeiro elemento da comunidade principal a surgir – associou a diminuição da insegurança com a CPTED. Já na sua tese doutoral a autora havia relacionado fatores de vulnerabilidade espacial (negligência, incivilidade e insegurança) com o

controlo social e a vigilância natural (Heitor, 2001). É precisamente o tema da vigilância natural que a autora explora no artigo de 2007, através de uma revisão teórica crítica das diferentes soluções propostas pelos mais relevantes autores CPTED internacionais. Concomitantemente, o livro ‘Urbanismo, Segurança e Lei’ (Valente, 2007), derivado de um seminário com o mesmo nome promovido pelo ISCPSI, constituiu outro marco relevante, visto que os capítulos assinados por L. F. Fernandes (2007) e Gomes (2007), ex-Diretor Nacional da PSP, apresentam as primeiras revisões generalistas desta disciplina na língua portuguesa. O primeiro autor aborda mais especificamente as teorias de Jacobs, Newman, Jefferey e Crowe, e ambos resumem os principais princípios CPTED. O segundo autor faz ainda dez recomendações para uma agenda nacional, incluindo a criação de certificados de segurança, a obrigatoriedade da realização de estudos de impacto e a criação de um manual de boas práticas.

Entretanto, na Universidade de Coimbra, Santana concebe a primeira comunidade fechada, ao realizar uma série de estudos sobre a “(in)segurança” na Amadora (Santana & Roque, 2007; Santana, Santos, Costa, & Loureiro, 2009; Santana et al., 2010; Santana, Santos, Costa, Roque, et al., 2009). Nestes, a CPTED surge como uma disciplina capaz de justificar as discrepâncias encontradas entre o índice de privação socioeconómica, o potencial de segurança e o número efetivo de crimes participados. Os autores concebem e cartografam um índice CPTED, variando entre zero e mil, através de dados sobre espaços públicos (como iluminação, vegetação ou estado de conservação) e edifícios (como aspetos arquitetónicos). Os autores concluem que a segurança é o principal fator para melhorar a saúde da população, terminando com propostas de melhoramento do mobiliário urbano e aumento da vigilância natural.

Na senda de Cruz (2005), a dissertação de Sampaio (2007) na Universidade de Aveiro analisa a aplicabilidade ao nível local da escola inglesa do DAC – *Design Against Crime*, do qual a CPTED é parte integrante. Através de entrevistas a dez responsáveis políticos de capitais de distrito, o autor verifica que as autarquias têm pouco conhecimento das suas estatísticas criminais e que, apesar de alguns princípios da prevenção situacional serem intuitivamente considerados e de ser dada importância à segurança nos discursos políticos locais, programas específicos nunca foram implementados, havendo a

perceção de que essa competência cabe somente às forças de segurança.

Já na Universidade do Porto, Saraiva (2008) surge na comunidade com a primeira dissertação a dedicar-se exclusivamente à CPTED como disciplina. Depois de uma detalhada descrição do estado da arte, o autor compila, traduz e cruza a informação de onze manuais internacionais diferentes para conceber o primeiro manual CPTED escrito em português. Por fim, o autor aplica o manual a quatro localizações na cidade do Porto, testando a sua viabilidade na ótica CPTED e fazendo propostas de intervenção. Este trabalho deu também origem a um artigo científico, publicado internacionalmente, sobre o caso português (Saraiva & Pinho, 2011).

5.2. O reconhecimento institucional (2009-2012)

A partir de 2009, vários autores e entidades oficializaram o crescente interesse da administração e das organizações policiais na CPTED. Nesse ano, a DGAI traduziu para português, sob revisão técnica de P. Machado, o ‘Manual de Diagnósticos Locais de Segurança’ produzido pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana (DGAI, 2009). Neste, a CPTED é referida como uma das potenciais respostas aos principais problemas e fatores de risco diagnosticados em áreas urbanas.

Na Academia Militar, Mendes (2009) apresentou o primeiro de vários trabalhos de investigação aplicada de membros das organizações policiais a aplicar princípios CPTED. Apoiando-se no livro de Valente (2007) para o contexto teórico, o autor realiza um inquérito aos profissionais da GNR concluindo que, apesar destes estarem sensibilizados para a importância dos elementos urbanísticos (destaque para os acessos, a altura dos edifícios, a amplitude dos espaços e a iluminação), há efetivamente pouca articulação entre o seu trabalho e o planeamento levado a cabo pelos municípios.

No ano seguinte, na sua dissertação de mestrado, a Subcomissária da PSP D. Fernandes (2010) analisa o historial da CPTED e a sua aplicabilidade num caso de estudo no bairro da Bela Vista em Setúbal. Conclui que “*existe uma lacuna na legislação e na formação académica ao nível da segurança urbana e da prevenção criminal*” e que “*a ausência da aplicabilidade das estratégias da CPTED influencia no problema criminal e securitário*”. Posteriormente a autora volta a sintetizar a evolução da

disciplina, num artigo que inclui citações a autores portugueses como L.F. Fernandes ou Heitor (D. Fernandes, 2011), embora tenha acabado por não se ligar a nenhum em coautoria. Por sua vez, também de forma isolada, o Chefe Evaristo Ferreira (2011) traduziu o manual da redução do medo do crime publicado pelo *The Office of Community Oriented Policing Services*, onde se reconhece que a CPTED é uma disciplina que pode oferecer importantes metodologias de planificação do espaço urbano.

Em 2011, Diniz, (2011) da PML entra na comunidade através da sua dissertação sobre práticas policiais e de cidadania a nível local, utilizando como caso de estudo o projeto piloto de policiamento comunitário “Alvalade Mais Seguro”. Um pertinente resultado deste estudo é que os comerciantes entrevistados consideram a polícia muito mais responsável pela segurança do que os departamentos de planeamento das autarquias. Os baixos níveis de cidadania participativa documentados mais contribuem para demonstrar a falta de conhecimento da comunidade das teorias CPTED e do espaço defensável. No mesmo ano, a autora também esteve envolvida no primeiro workshop promovido pela PML de consciencialização para as práticas CPTED, dirigido a técnicos da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Esta iniciativa foi repetida em 2013 junto dos parceiros locais do Policiamento Comunitário da Alta de Lisboa e do Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana da CML. Cada iniciativa foi seguida de cursos especializados em CPTED seguindo os modelos do *National Institute of Crime Prevention* e do *American Crime Prevention Institute*, tendo como destinatários os agentes da Polícia Municipal de Lisboa e os profissionais dos departamentos urbanísticos do município (Baptista, 2015; Diniz et al., 2016).

Foi também em 2011 que a DGT, em parceria com a DGAI, publicou um relatório da série Política de Cidades exclusivamente dedicado à CPTED (DGOTDU, 2011). De novo coordenado por P. Machado, e com Neves e Esteves entre os coautores, este pioneiro documento institucional admite que a abordagem CPTED é “*relativamente desconhecida em Portugal*”. Assim, este compêndio ilustrado sintetiza os grandes marcos da literatura internacional, comentados por autores como Heitor, Gomes ou Machado. Na segunda parte, foca-se em dois casos de estudo em Lisboa; a Avenida Duque de Ávila e a Alta de Lisboa, salientando o papel das parcerias com as forças policiais.

Na academia, o número de publicações também aumentou, embora de forma exógena à comunidade principal. Na Universidade Nova de Lisboa, quer João (2009), quer Martins (2010) apresentaram dissertações de mestrado salientando o papel das novas tecnologias de base SIG na prevenção da criminalidade. Trabalhando na área metropolitana de Lisboa, o primeiro autor concebe um modelo preditivo, enquanto o segundo um índice de risco criminal. Contudo, apesar de ambos reconhecerem brevemente a CPTED nos seus contextos teóricos, incluem reduzidas variáveis urbanísticas nos seus modelos. João (2009) utilizou apenas o tipo de local (hospital, museu, via pública, etc.), enquanto Martins (2010) considerou os usos do solo e a distância, através da rede viária, a pontos de interesse.

No domínio da Arquitetura, Coelho (2011), do LNEC, publicou um artigo na série ‘Melhor Habitação com Melhor Arquitetura’, exclusivamente dedicado à segurança residencial. A CPTED é uma das bases para o conjunto de recomendações generalistas propostas, quer de nível físico, quer de gestão. A dissertação de mestrado de Ribeiro (2011), da Universidade Lusófona, é a primeira que inclui o acrónimo CPTED no título. Contudo, é apenas mais uma introdução às origens teóricas internacionais e às estratégias da disciplina, muito embora com um enfoque inédito na vertente arquitetural. Já a dissertação de Freitas (2011), no Instituto Superior Técnico e coorientada por Heitor, faz propostas concretas de intervenção física. A revisão de literatura (com referência a autores portugueses como D. Fernandes, Coelho ou Heitor), é seguida da análise das estatísticas criminais, do uso do solo e do desenho urbano no bairro da Cova da Moura. Inspirado nos princípios da vigilância natural e do controlo social, o autor propõe a criação de uma nova praça e de corredores mais permeáveis.

No ano seguinte, Neves (2012) afirma, num estudo sobre criminalidade de rua, que as orientações CPTED “*nunca foram implementadas de forma sistemática e com alguma estratégia*” em Portugal, lamentando que não haja “*obrigatoriedade legal, nem incentivos financeiros para implementar estes princípios*”. A autora retoma a teoria CPTED (cita os portugueses P. Machado, Saraiva e Ribeiro), ilustrando boas e más práticas através de exemplos em Lisboa. Posteriormente, apresenta o Sistema de Informação Territorial da Administração Interna (SITAI),

então em fase experimental, onde georreferencia a criminalidade da rua em Benfica e na Alta de Lisboa, iniciando neste âmbito a sua tese de doutoramento.

No mesmo ano, a autora orientou igualmente a dissertação de Cerqueira (2012), na Academia Militar. Este reconhece que, apesar de já terem sido publicados estudos sobre CPTED em Portugal (que parcialmente cita), “*a sua aplicação em termos de projeto tem sido praticamente nula*”. Através de análises georreferenciadas de crimes, entrevistas a decisores e residentes, e uma avaliação CPTED (com especial ênfase na iluminação pública) na freguesia de Campelo em Baião, o autor confirma que há pouco conhecimento da CPTED por parte dos intervenientes na elaboração de projetos urbanísticos. Muito embora alguns espaços tenham sido criados, intuitivamente, com essas características, a falta de visão holística faz com que alguns princípios-chave sejam descurados, justificando assim a criminalidade em locais com teoricamente bom potencial CPTED. Nesse sentido, é proposta uma maior interação entre as autoridades públicas e a GNR, bem como uma maior adoção de ferramentas SIG.

Nesse sentido, a dissertação de Monteiro (2012), no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, aborda qual o papel que a PML pode ter na prevenção, sendo a CPTED um dos tipos de prevenção situacional considerada. Numa série de entrevistas, os agentes da PML consideram que a aplicação de punições é menos eficaz na prevenção que a existência de regras e ações de fiscalização, o melhoramento do ambiente físico, as estratégias de policiamento comunitário e as ações de sensibilização às populações. A autora defende que seria relevante testar um modelo misto de intervenção que articule as polícias municipais com outras entidades.

Precisamente, no final de 2012 iniciou-se a Ação COST TU1203 – Crime Prevention Through Urban Design and Planning (2012-2016). O objetivo deste projeto foi estruturar o disperso conhecimento sobre CPTED na Europa, fazer uma análise crítica do *Standard* Europeu e desenvolver abordagens inovadoras de prevenção. Saraiva, Diniz e Neves representaram Portugal, respetivamente na vertente académica, organizações policiais e administração pública, dando importantes passos para a integração destas três vertentes.

5.3. O Manual de Boas Práticas e a investigação académica avançada (2013-2014)

O ano de 2013 foi prolífero em termos de investigação académica, embora ajude a comprovar a falta de integração entre as várias áreas científicas a estudar a CPTED em Portugal. Por exemplo a monografia de Duarte (2013) na Universidade Fernando Pessoa e com estágio na Polícia Municipal de Gondomar volta a ser apenas uma introdução teórica à disciplina. A autora afirma mesmo que Portugal não aplica nem desenvolve a CPTED, muito embora cite o documento da DGOTDU (2011). Na mesma Universidade, a monografia de N. Silva (2013) introduz uma componente inédita ao questionar a influência da vegetação urbana no estímulo da vigilância informal e na mitigação de precursores psicológicos da violência. O autor recolhe as referências à vegetação presentes na literatura CPTED internacional, lançando as bases para futuros estudos.

Na Universidade do Minho, S. Silva cria mais uma rede fechada, com a sua dissertação e artigos subsequentes (S. Silva, 2013a, 2013b; S. Silva & Remoaldo, 2014), onde analisa a geografia da criminalidade em Guimarães. Baseada em mais de 10 mil queixas e denúncias na GNR e PSP e num inquérito à população, a autora verifica uma relação direta entre o número de residentes e a criminalidade, bem como entre o número de roubos, o grau de desenvolvimento urbano e o nível médio de rendimentos. Citando igualmente o manual da DGOTDU (2011), a autora usa a CPTED para interpretar as razões dadas pelos inquiridos relativamente aos seus sentimentos de insegurança (como pouco movimento ou iluminação). A autora termina apelando a um maior patrulhamento de proximidade aliado a “uma morfologia cuidada”.

A dissertação de *Caiado (2013)*, orientada por Valente na Universidade Autónoma, é um trabalho teórico onde o autor avalia a evolução da criminalidade através dos Relatórios Anuais de Segurança Interna entre 2000 e 2010 e dois inquéritos previamente realizados. Sem apresentar provas empíricas, o autor salienta a importância da componente urbanística como elemento chave da prevenção situacional (Fernandes e Heitor são citados), recomendando que seja integrada nas políticas de vários atores sociais. Segundo o autor, as forças de segurança deveriam dar um parecer prévio legal na

aprovação de projetos, à semelhança do que ocorre noutros países europeus. Para tal, a formação especializada de oficiais é proposta.

Já na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa foi defendida a primeira tese de doutoramento encontrada dedicada à CPTED (Elisabete Ferreira, 2013). Citando apenas um documento nacional, o manual da DGOTDU (2011), a autora utiliza dados da PSP entre 2008 e 2010 para analisar os níveis de criminalidade na área metropolitana de Lisboa, aplicando o SITAI para assinalar as áreas mais problemáticas e métodos CPTED para caracterizá-las morfológicamente. A autora termina apresentando um novo manual de boas práticas, que se distingue por apresentar também medidas para a estruturação de um novo regime jurídico de planeamento e gestão territorial e urbanística. Este modelo defende a formação em CPTED de atores multidisciplinares, uma maior articulação entre as autarquias e as forças policiais, e uma alteração cultural e comportamental dos cidadãos, através de uma maior integração nos modelos urbanísticos.

No final de 2013, e partindo de uma tradução do guia publicado pelo *National Crime Prevention Council* de Singapura, a DGAI publicou o primeiro, e até hoje único, guia-de-boas-práticas oficial sobre CPTED na língua portuguesa (DGAI, 2013). A tradução ficou a cargo de Neves e F. Teodorico, com revisão técnica de Coelho, L.F. Fernandes, P. Machado, Gomes, Heitor, Menezes e Elisabete Ferreira, criando o primeiro vínculo na rede de conhecimento entre academia, administração e organizações policiais. O documento revê os principais princípios da disciplina e em seguida apresenta detalhadamente dez estratégias basilares de design, projeto e gestão dos espaços urbanos. Em anexo, o guia apresenta uma *checklist* para cada um dos dez temas, que depois aplica, a título exemplificativo, a várias tipologias de espaços.

Este manual tornou-se uma referência imediata na investigação nacional. A tese de doutoramento de C. Silva (2014), também na FAUTL, já o refere, embora o critique por ser uma tradução e não estar adaptado à realidade nacional. A tese de Elisabete Ferreira (2013) também é criticada por não avançar com alternativas concretas, algo que C. Silva pretende fazer com a criação de um Sistema Integrado de Desenho Seguro (SIDES). Este é construído pela junção de diretivas de várias *checklists* existentes com entrevistas aos utilizadores, resultando numa classificação final por espaço de

1 a 5. Utilizando como caso de estudo Setúbal e uma cidade no Brasil, a autora realça a relação entre os sentimentos de insegurança com o andar a pé, a iluminação, a segregação morfológica, mas principalmente com a presença do policiamento. Assim, para além de recomendações de planeamento e desenho urbano, a autora retoma a importância da ação social e do policiamento de proximidade.

No mesmo ano Tulumello (2014) desenvolvia na Universidade de Lisboa a sua investigação pós doutoral, explorando as relações entre segurança urbana e planeamento. O autor referencia brevemente a CPTED, reconhecendo o seu aumento de popularidade a nível institucional. Depois revê os instrumentos de política urbana a nível nacional e municipal (em Lisboa, Cascais e Barreiro) notando que há pouca ou nenhuma referência a meios de prevenção situacional ou ambiental nestes documentos, centrados principalmente nas competências dos destacamentos policiais ou em legislação noutros domínios, como CCTV. No entanto, embora não sejam mencionadas por esse nome, a nível local (principalmente em Planos de Pormenor) encontram-se referências explícitas à importância da caracterização espacial (como iluminação, mobiliário urbano ou promoção de atividades) na redução dos sentimentos de insegurança.

Foi também desde 2014 que a PSP passou a incluir no seu Curso de Policiamento de Proximidade um módulo atualizado sobre CPTED (DGT, 2016). A estratégia de policiamento de proximidade começou a ser uma aposta da Polícia Municipal de Lisboa em 2006 (Durão, 2012) e a de policiamento comunitário em projetos piloto como o da Alta de Lisboa a partir de 2009 (Saraiva et al., 2016). Nesse sentido, as práticas CPTED lentamente ganharam destaque. Este módulo iria sustentar “*conceptualmente as avaliações que, no âmbito da segurança pública e urbanismo, os operacionais vão efetuar nas suas áreas de responsabilidade, promovendo a segurança objetiva e subjetiva junto da comunidade residente e dos grupos especialmente vulneráveis*” (DGT, 2016). Na PML, Diniz passou a lecionar a CPTED em formações sobre Policiamento Comunitário a partir de 2015, tendo-se deslocado a Cabo Verde para realizar uma ação de formação sobre o modelo utilizado pela PML. Na Academia, Saraiva lecionou nesse ano a convite um par de aulas introdutórias à CPTED a alunos de mestrado na área do urbanismo nas Universidade de Porto e Aveiro, e é de supor que outros especialistas tenham

feito o mesmo noutras instituições. Não se conhecem, contudo, cadeiras dedicadas à CPTED nos cursos de Planeamento ou Arquitetura em Portugal.

5.4. A Estratégia Nacional para a Habitação e os projetos aplicados (2015-presente)

No ano seguinte, a dissertação de mestrado de Carvalho (2015), orientada por Elisabete Ferreira no ISCPSI, enfatiza a importância da CPTED nas novas estratégias das forças de segurança portuguesas, apesar da sua implementação em Portugal ainda “*não ter passado de uma tentativa*”. A autora avalia as estatísticas de criminalidade de um conjunto de arruamentos no Bairro da Tapada das Mercês em Sintra, e confronta-os com as características do espaço, segundo a checklist do manual da DGAI (2013), e um inquérito relativo aos sentimentos de (in)segurança. A autora realça a relação entre este sentimento e aquilo que é percecionado no espaço público, e propõe soluções urbanísticas para a requalificação das ruas. Saliencia igualmente as mais valias das forças de segurança como atores responsáveis pela fase de diagnóstico e propõe o desenvolvimento de programas apoiados na estratégia CPTED.

No mesmo ano, a monografia de Baptista (2015), orientado por Neves na Academia Militar, foca-se precisamente no processo de aprendizagem desenvolvido no seio da PML. Fazendo uma primeira abordagem a uma revisão da literatura CPTED portuguesa, o autor admite que tem “*havido um esforço positivo para reconhecer o potencial da CPTED e incentivar a sua integração nos projetos urbanísticos*”. Posteriormente, entrevista mais de metade dos profissionais que frequentaram os cursos promovidos na PML, concluindo, tal como Cerqueira (2012), que apesar da forte sensibilização, não ocorreu uma incorporação dos conhecimentos em componentes pragmáticas subsequentes, não se desenvolveram grupos de trabalho multidisciplinares, nem foi solicitado o apoio das organizações policiais na execução de projetos. O autor propõe a constituição de um grupo CPTED e maiores pontos de contato entre as organizações policiais e os profissionais do urbanismo. Tal recomendação também é feita pelo mestrando Jorge Costa (2015) da Universidade Nova de Lisboa. Introduzindo a CPTED no contexto dos diagnósticos locais de segurança através do resumo do manual da DGAI (2013), o

autor reitera num pequeno artigo a importância destas parcerias, apelando a um aumento dos trabalhos de investigação.

O esforço institucional em curso levou a que a Estratégia Nacional para a Habitação de 2015 (IHRU, 2015), incluisse pela primeira vez uma medida respeitante à aplicação da CPTED. A medida 1.1.4 apelada-a “*uma abordagem nova que importa disseminar entre os vários agentes dos processos de reabilitação*” e o seu objetivo é que os “*projetos de criação ou reabilitação do espaço público passem a respeitar estratégias de prevenção de crimes através de design ambiental*”. Para tal salienta-se a importância do manual de boas práticas elaborado pela DGAI (2013), e estabelece-se como entidades competentes a CCDR, DGT, IHRU e a ANMP.

A empresa municipal GEBALIS (Gestão de Arrendamento Social em Bairros Municipais), foi das primeiras a satisfazer estes requisitos ao solicitar a remodelação dos seus onze gabinetes de atendimento com orientações CPTED (Baptista, 2015). Já a associação dos Colégios Policiais Europeus (CEPOL) reconheceu igualmente o trabalho desenvolvido ao atribuir a Portugal a organização da sua conferência anual, nesse ano intitulada “*Evidence-based policing: New perspectives of cooperation between practice, education and police science*”. A apresentação do percurso institucional da implementação da CPTED em Portugal ficou a cargo de Neves.

Em 2016 foram ainda defendidas mais três dissertações de mestrado. A de Rodrigues (2016), na Universidade Nova, questiona se a requalificação levada a cabo em 2008 na Avenida Luísa Todi em Setúbal teve em conta princípios CPTED e se teve impacto nos índices de criminalidade. O autor inclui, tal como Baptista (2015), uma revisão da CPTED em Portugal. Apesar de estar de novo parcialmente completa, evidencia uma consciencialização da investigação nacional da crescente maturidade desta disciplina. O autor recolhe e georreferencia os crimes mais relevantes, e usando como referência o manual da DGAI (2013) analisa a área de estudo e entrevista representantes de diversas entidades administrativas e de segurança. O autor conclui que metade dos inquiridos desconhecia a CPTED e que esta não foi especificamente considerada no projeto de requalificação, havendo apenas uma parcial articulação entre o planeamento e as organizações policiais. Contudo, alguns princípios CPTED estão presentes, havendo uma concentração de crimes onde eles

não estão e uma redução da criminalidade após as obras. O autor termina com propostas de melhoria do espaço, apelando ao uso de sistemas de georreferenciação de criminalidade, à formação CPTED e a uma maior integração das organizações policiais com a autarquia.

Já a dissertação de Miranda (2016) no ISCPSP e orientada por P. Machado, aborda a aplicação da CPTED em espaços de comércio tradicional, no âmbito do programa Comércio Seguro da PSP. A autora salienta que “*a adoção dos princípios CPTED e de prevenção situacional no espaço comercial revela-se ainda embrionária em Portugal*” e que “*não existe apoio financeiro, nem legislação sobre a matéria*”. Apoiada no manual da DGAI (2013) e referências internacionais, a autora analisa 60 estabelecimentos da freguesia de Avenidas Novas, em Lisboa, cruzando as estatísticas de criminalidade com as características do espaço. Em 87% dos estabelecimentos, os inquiridos escolheram introduzir medidas “*duras*” de segurança (como CCTV) e gostariam de ver uma maior interação com as organizações policiais. Há uma menor receptividade à alteração física ou a avaliações técnicas do espaço, quer por descrença, quer por motivos financeiros. Se a prevenção for a curto prazo mais custosa que as quebras geradas pelo crime, os lojistas aceitam o crime, havendo uma acomodação às vulnerabilidades do espaço.

Por fim, a dissertação de Mansour (2016) na Universidade do Porto, analisa os novos conceitos de habitabilidade para aumentar a qualidade de vida, considerando critérios de segurança, acessibilidade, design sustentável e a noção de comunidade. Assim, a CPTED é brevemente introduzida (Saraiva e Tulumello são citados) como uma das disciplinas que inspira as diretrizes de design que o autor compila e depois aplica a um caso de estudo em Vila Nova de Famalicão. As propostas de intervenção, que o autor apresenta numa série de maquetas, incluem a criação de tipologias habitacionais que promovam a vigilância natural, o aumento das atividades, e o melhoramento da iluminação e dos equipamentos existentes.

No final da Ação COST TU1203 – CP-UDP em 2016 os autores portugueses estiveram envolvidos numa série de publicações e relatórios temáticos, criando o segundo vínculo na rede de conhecimento entre a academia (Saraiva), administração (Neves) e organizações policiais (Diniz). Destaca-se a Declaração de Atenas (“*Safer Cities 4 All*”) que estabelece o rumo futuro para a investigação e prática CPTED na

Europa. Os autores produziram também um artigo internacional comparativo entre o caso português e o lituano (Saraiva et al., 2016), que inicialmente sintetiza os principais marcos da investigação CPTED em Portugal e posteriormente analisa as estratégias de policiamento comunitário e CPTED no caso piloto da Alta de Lisboa. Destaca-se a necessidade de formação específica de agentes e outros profissionais de urbanismo; de apostar numa diversificada e pluridisciplinar participação de *stakeholders*; de incluir abordagens socioeconómicas; e de uma monitorização de longo prazo. Outro marco relevante foi a organização do Workshop de Prevenção do Crime “Segurança e Planeamento Urbano” em Fevereiro de 2016 (Diniz et al., 2016). Melhorando o modelo dos eventos de 2011 e 2013, e com uma formação de 28 horas ao longo de uma semana, o Workshop contou com formadores internacionais e elegeu a Alta de Lisboa como estudo de caso. Para além de membros de departamentos municipais de vários municípios, estiveram presentes representantes de outros ramos governamentais, *stakeholders* locais, decisores, planeadores urbanos, investigadores, residentes, promotores, e uma delegação internacional da Cidade da Praia de Cabo Verde (Departamento de Planeamento Urbano e Guarda Municipal). Aumentando o *know-how* coletivo, encorajou-se o uso da CPTED em projetos de responsabilidade municipal.

Nesse sentido, a dissertação de J. Fernandes (2017) na Academia Militar e orientada por Ribeiro, aborda a viabilidade de um programa CPTED como política pública de segurança. Depois de analisar os instrumentos de política e segurança nacional, o autor entrevista uma série de especialistas nestes domínios. Estes salientam a importância da criação de uma política de bases, e que um programa CPTED teria eficácia na redução dos sentimentos de insegurança e no aumento da atratividade dos espaços, embora apenas em concertação com medidas complementares, como patrulhamento de proximidade. Outros aspetos evidenciados são o da sensibilização e formação de decisores e profissionais (embora se reconheçam as dificuldades nesse sentido), a de mais experiências piloto e a criação de equipas multidisciplinares.

Numa área disciplinar diferente, uma equipa internacional liderada por Marques no ISCTE Business School (a terceira comunidade isolada encontrada) apresentou recentemente um modelo de classificação de áreas residenciais

baseado na sua exposição a crimes (Marques et al., 2018). Os autores constroem o modelo, posteriormente validado por *stakeholders* locais em Lisboa, na junção de métodos de mapeamento cognitivo com uma medição da atratividade dos espaços através de uma avaliação categórica. Esta incluiu dados estatísticos e urbanísticos de natureza diversa, sendo que se referem outros estudos que utilizaram variáveis CPTED na sua recolha. Embora não as chamem por esse nome, os autores também utilizam variáveis diversas relacionadas com os aspetos visuais do bairro, o planeamento urbanístico e a gestão dos espaços.

À data de escrita deste artigo, Neves aguarda defesa da sua tese de doutoramento na Universidade Nova, sob orientação de P. Machado, sobre criminalidade no espaço público ou de rua; a tipologia que a autora considera que mais afeta o sentimento de insegurança, pela sua proximidade ao cidadão. A autora assume que a georreferenciação de crimes já é usada em Portugal, mas “*de um modo incipiente, pecando pela falta de integração*” com outras variáveis. Assim, e tendo como estudo de caso a Alta de Lisboa e Benfica, concebe um modelo espacial em que cruza dados criminais georreferenciados com dados de pluviosidade, ocaso e a alvorada, demografia, participação nas atividades locais, densidade de ocupação do espaço público, e a tolerância criminal de cada território. A autora defende a consulta pública nos processos de prevenção e a adequação das estratégias CPTED a cada realidade específica, tendo em conta não apenas a localização física dos *hotspots*, mas a sua variação ao longo do ano, semana, dia ou hora. Por fim salienta, mais uma vez, a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, bem como da integração dos elementos das organizações policiais nos projetos urbanísticos.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Comprovando os postulados iniciais desta investigação, a revisão executada demonstra que a investigação CPTED em Portugal começou apenas em meados da década de 2000, sensivelmente no mesmo período em que outros países mediterrâneos e de leste o fizeram. Dois principais motivos justificaram este súbito interesse: o aumento dos índices de criminalidade nacional e o aumento das diretivas da União Europeia para a adoção de medidas de prevenção situacional nos Estados Membros. Inicialmente, a investigação portuguesa pode ser caracterizada

como desconexa, com vários grupos nas diversas esferas institucionais (academia, organizações policiais e administração) e áreas científicas distintas (criminologia, planeamento, arquitetura, direito, entre outras) a produzirem trabalhos de coautoria fechada, sem referência mútua, com uma produção de conhecimento algo repetitiva (cada um introduzido a CPTED à sua área de conhecimento específica) e onde, como consequência, a própria tradução do termo CPTED para português variou constantemente de trabalho para trabalho (treze traduções diferentes em seis anos de investigação). De igual modo, os esforços da administração para uma implementação *top-down* não foram, numa primeira instância, suficientemente assertivos para que a CPTED se estabelecesse como uma disciplina de direito próprio (e com um nome inequívoco) em Portugal. Em 2014, por exemplo, o Instituto Português da Qualidade não tinha vendido qualquer Standard Europeu da Prevenção Criminal desde a sua publicação em 2007 (Grönlund et al., 2014), demonstrando a falta de transferibilidade da investigação CPTED para a prática construtiva e de reabilitação.

Contudo, a análise efetuada neste artigo prova igualmente que, ao contrário do que se tornou norma dizer e escrever, inclusive em muitos dos estudos analisados, Portugal já não é propriamente um país embrionário em termos de investigação CPTED. Principalmente nos últimos anos, tem-se assistido a uma crescente convergência na investigação e a uma consolidação das redes de conhecimento existentes. Os anos em que foram publicados o maior número de documentos analisados correspondem precisamente aos anos em que foram publicados os mais importantes documentos institucionais, nomeadamente os manuais da DGOTDU (2011) e DGAI (2013) e na senda da inclusão da CPTED na Estratégia Nacional para a Habitação (IHRU, 2015) e no Relatório Nacional Habitat III (DGT, 2016). O manual da DGAI permitiu não só dar um nome à disciplina em Portugal, como uniformizar a base de referências (passou a ser citado por praticamente todos os estudos subsequentes) e fazer avançar a investigação para lá dos postulados teóricos e dos princípios da disciplina.

Estes documentos, aliados principalmente à investigação no seio do projeto europeu da

Ação COST, vieram permitir que se passasse de um modelo fechado e disperso para um modelo de uma comunidade integrada de conhecimento entre os principais grupos (administração, academia, organizações policiais e empresas). Neste sentido, sublinha-se a importância de um conjunto de autores-chave (P. Machado, Neves, Saraiva e Diniz) que assumiram posições relevantes na produção de conhecimento nas suas respetivas áreas, mas também como intermediadores das ligações entre diferentes subconjuntos, permitindo assim a fertilização cruzada de conhecimento e possibilitando a transferibilidade desse conhecimento para diferentes contextos institucionais e de aplicação.

Mesmo assim, e notando-se um claro aumento de interesse das diferentes áreas, a rede CPTED em Portugal é ainda parcialmente desconectada, com uma percentagem de 66% de conexão⁶ dos seus membros e constituída por subgrupos de elevada proximidade que contrastam com várias comunidades isoladas de um ou mais autores. Reconhece-se ainda uma falta de reconhecimento do historial da investigação CPTED em Portugal, apenas seriamente revista (e mesmo assim de forma parcial) por três autores. O facto da publicação destes documentos científicos ou estudos institucionais não ter sido apoiada por claras diretivas governamentais (exceção da Estratégia Nacional da Habitação) e de não haver uma cultura CPTED nos setores académicos e profissionais da arquitetura, engenharia, planeamento ou direito, constituem importantes razões para o ainda generalizado desconhecimento de decisores.

Apenas doze municípios portugueses fizeram parte do Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (fundado em 2005), o ramo português do EFUS (European Forum for Urban Security), e as principais leis de referência e enquadramento do planeamento urbano; a Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (REJUE) não possuem referências à segurança pública associada a medidas de prevenção criminal. A própria Lei da Política Criminal (n.º 38/2009, de 20 de Julho) que deu cumprimento ao Quadro da Política Criminal (n.º 17/2006, de 23 de Maio) ao definir no Artigo 7º a prevenção da criminalidade, não refere

⁶ A conexão corresponde à diferença entre o número de autores (vértices) conectados e o número de autores (vértices) isolados.

a CPTED, apenas “*programas de segurança comunitária e planos de policiamento de proximidade*”. Também no que refere a importância de integrar a academia, as organizações policiais e administração, apenas que compete às forças e aos serviços de segurança desenvolver estes programas e ao Governo assegurar a sua aplicação.

A urgente introdução da CPTED nos documentos de planeamento e nas práticas profissionais constitui uma das mais relevantes recomendações que a investigação existente, fazendo ou não parte da comunidade principal, tem inequivocamente salientado como o futuro da prevenção criminal em Portugal. A grande maioria dos autores demonstra a eficácia dos princípios CPTED, e reconhece a grande lacuna existente ao nível legislativo e na formação académica. A intuição inerente aos princípios CPTED não é de todo suficiente, pois é necessária uma cuidada visão integrada para os aplicar corretamente e mantê-los a funcionar como eficazes medidas preventivas. Os autores apelam assim a uma maior formação dos profissionais das áreas do urbanismo, ordenamento do território e da polícia, uma maior multidisciplinariedade das equipas de trabalho e dos domínios de execução dos projetos (nomeadamente a articulação com a vertente social), e uma maior articulação do triunvirato academia, organizações

policiais e administração. Em termos operacionais, este é o ponto mais salientado pelos autores, seguindo-se a necessidade de um maior número de estudos de caso em Portugal e de um aumento do uso dos SIG na georreferenciação, compreensão e previsão das ocorrências criminais, em consonância com o papel do espaço geográfico, do espaço construído e do espaço social na prevenção. Não parece haver dúvidas que deve ser neste sentido que a investigação CPTED em Portugal deve caminhar. A oficialização de uma rede de investigação portuguesa no âmbito da CPTED e uma maior assertividade na oficialização desta disciplina em termos legislativos, institucionais e académicos são os passos mais importantes que devem ser dados a curto prazo.

Metodologicamente, o desenvolvimento futuro da investigação aqui apresentada deve passar impreterivelmente por uma abordagem mais centrada na Análise de Redes Sociais, a partir de uma base mais alargada de referências (rede de coautoria e respetivas redes de referência) com o propósito de identificar a rede de autores mais influentes e que mais influenciam a ‘escola portuguesa’ da CPTED. Devem ser testadas e aplicadas outras métricas ausentes do presente estudo, incluindo derivações atuais de Análise de Redes Sociais e a análise dinâmica e temática da rede através da partição desta em subgrafos.

REFERÊNCIAS

Armitage, R. (2016). *Design, Crime and the Built Environment Handbook of Crime Prevention and Community Safety*: Wilan.

Atlas, R. (1991). The other side of CPTED. *Security Manage*, March, 63-66.

Baptista, J. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada), Academia Militar, Lisboa.

Borgatti, S., Everett, M., & Johnson, J. (2013). *Analyzing social networks*. London: Sage.

Bottoms, A. E. (1974). Book review of defensible space. *British Journal of Criminology*, 14, 203-206.

Braga, A., Papachristos, A., & Hureau, D. (2012). Hot spots policing effects on crime. *Campbell Systematic Reviews*, 8(8), 1-96.

Braga, A., & Schnell, C. (2013). Evaluating Place-Based Policing Strategies: Lessons Learned from the Smart Policing Initiative in Boston. *Police Quarterly*, 16(3), 339-357.

Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1981). *Environmental criminology*: Sage Publications Beverly Hills, CA.

Caiado, R. (2013). O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade. (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas), Universidade Autónoma de Lisboa.

Cardia, C. (2013). The European Standard for Crime Prevention Through Environmental Design. *Built Environment*, 39(1), 49-73.

Carvalho, A. (2015). *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e de incivilidades*. (Mestrado em Ciências Policiais), Instituto

Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Cerqueira, H. (2012). A “criminalidade de rua” na freguesia de Campelo: Estudo de Caso. (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada), Academia Militar, Lisboa.

CEU. (2011). Council conclusions on encouraging Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). 3081st JUSTICE and HOME AFFAIRS Council meeting

Chainey, S., & Ratcliffe, J. (2013). GIS and crime mapping: John Wiley & Sons.

Chiodi, S. I. (2016). Crime prevention through urban design and planning in the smart city era: The challenge of disseminating CP-UDP in Italy: learning from Europe. *Journal of Place Management and Development*, 9(2), 137-152. doi:10.1108/JPMD-09-2015-0037

Clarke, R. (1997). *Situational crime prevention: Criminal Justice Press* Monsey, NY.

Cleveland, G., & Saville, G. J. (1998). 2nd Generation CPTED: An antidote to the social Y2K virus of urban design. Apresentado em: 3rd Annual International CPTED Conference, Washington, DC.

Cleveland, G., & Saville, G. J. (2003). An Introduction to 2nd Generation CPTED: Part 1. *CPTED Perspectives*, 6(2), 4-8.

Coelho, A. (2011). Segurança arquitectónica residencial e urbana. *Infohabitar*, Ano VII(n.º 332).

Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608. doi:10.2307/2094589

Coldren, J. R., Huntoon, A., & Medaris, M. (2013). *Introducing Smart Policing: Foundations, Principles, and Practice*. *Police Quarterly*, 16(3), 275-286.

Costa, J. (2015). *Relações Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano*. *Cedis Working Papers*, 14.

Cozens, P. M., Saville, G., & Hillier, D. (2005). Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography. *Property Management*, 23(5), 328-356. doi:10.1108/02637470510631483

Crowe, T. (1991). *Crime prevention through environmental design*. Stoneham, MA: Butterworth-Heinemann.

Cruz, J. (2005). *Design contra o crime nos transportes públicos de Lisboa e Porto*. (Mestrado em Design, Materiais e Gestão do Produto), Universidade de Aveiro.

Curtis, J. W. (2012). Integrating Sketch Maps with GIS to Explore Fear of Crime in the Urban Environment: A Review of the Past and Prospects for the Future. *Cartography and Geographic Information Science*, 39(4), 175-186. doi:10.1559/15230406394175

DGAI. (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança: Uma compilação de normas e práticas internacionais*. Acedido em: http://efus.eu/files/fileadmin/efus/Publications/Manual_Seguranca_miolo_166pp_23_12_09.pdf:

DGAI. (2013). *CPTED – Prevenção Criminal através do Espaço Construído – Guia de Boas Práticas*. Lisboa: Direcção Geral das Actividades Económicas.

DGOTDU. (2011). *Segurança Pública e o Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído*. Acedido em: http://www.dgterritorio.pt/produtos_e_servicos/publicacoes/serie_politica_de_cidades/7_seguranca_publica_e_desenvolvimento_urbano__a_prevencao_do_crime_atraves_do_espaco_construido/:

DGT. (2016). *Habitat III - Relatório Nacional Portugal*. Acedido em: http://habitatiii.dgterritorio.pt/sites/default/files/ficheiros_publicos/PT_UN-HabitatIII_NationalReport_2016_08_04_PT.pdf:

Diniz, M. (2011). *Práticas policiais e cidadania a nível local: a participação dos cidadãos no contexto do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”*. (Mestrado em Sociologia e Planeamento), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Diniz, M., Saraiva, M., Neves, A. V., Van Soomeren, P., Nicolini, U., Chiodi, S. I., & Grönlund, B. (2016). *Lisbon CP-UDP Workshop - Security and Urban Planning*. Acedido em: http://www.costtu1203.eu/wp-content/uploads/2017/12/LisbonCOSTWorkshop_FinalReport.pdf:

Duarte, I. (2013). *Planeamento, Segurança e Exclusão Social na Ótica da Prevenção Criminal*. (Licenciatura em Criminologia), Universidade Fernando Pessoa.

Durão, S. (2012). *Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora*. In S. Durão and M.

Darck (Ed.), Polícia, segurança e ordem pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras (pp. 101-134). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Elmes, G. A., Roedl, G., & Conley, J. (2014). *Forensic GIS: The Role of Geospatial Technologies for Investigating Crime and Providing Evidence* (Vol. 11): Springer.

EUCPN. (2002). *European Crime Prevention Network First Annual Report: 2001*. Acedido em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/conseil/2002/08327/CONS_CONS\(2002\)08327_EN.doc](http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/conseil/2002/08327/CONS_CONS(2002)08327_EN.doc):

Eurostat. (2016). *Crime and criminal justice statistics*. Acedido em: http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Main_Page:

Farrell, G. (2013). Five tests for a theory of the crime drop. *Crime Science*, 2(1), 5. doi:10.1186/2193-7680-2-5

Farrell, G., Tilley, N., & Tseloni, A. (2014). Why the Crime Drop? *Crime and Justice*, 43(1), 421-490. doi:10.1086/678081

Fernandes, D. (2010). *Urbanismo e Segurança Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal*. (Mestrado em Ciências Policiais), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fernandes, D. (2011). *CONSTRUIR SEGURANÇA: Prevenção do crime através da concepção do espaço*. *Infohabitar*, VII(334).

Fernandes, E. (1997). *Segurança e sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto do século XX*. (Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano), Faculdades de Arquitectura e Engenharia da Universidade do Porto.

Fernandes, J. (2017). *Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED*. (Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança), Academia Militar.

Fernandes, L. F. (2007). *Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade*. In M. Valente (Ed.), *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra: Almedina.

Ferreira, E. (2011). *Reduzir o Medo do Crime (Como Combater o Sentimento de Insegurança Pública): Estratégias Policiais*. Acedido em: Secção de Prevenção Pública e Proximidade (SPPP), do Comando Distrital de Polícia de Aveiro (CDPAVR):

Ferreira, E. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro*. (Doutoramento em Urbanismo), Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Freitas, L. (2011). *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade - Uma proposta para o bairro da Cova da Moura*. (Mestrado em Arquitectura), Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, Lisbon.

Gardiner, R. A. (1978). *Design for safe neighborhoods: The environmental security planning and design process*: Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice.

Gibson, V., & Johnson, D. (2013). CPTED, but not as we know it: Investigating the conflict of frameworks and terminology in crime prevention through environmental design. *Security Journal*. doi:10.1057/sj.2013.19

Gomes, P. V. (2007). *A Prevenção Criminal através do Ordenamento do Espaço Urbano: Subsídios para uma Agenda Nacional*. In M. Valente (Ed.), *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra: Almedina.

Grönlund, B. (2014). A European bibliographic overview across the language barriers – including some questions on terminology. Acedido em: <http://www.Costtu1203.eu/>:

Grönlund, B., Altes, H., Soomeren, P. v., & Stummvoll, G. (2014). *Review of CEN 14383. The death and life of great European standards and manuals – Development and implementation of the CEN 14383 standards*. Acedido em: <http://www.costtu1203.eu/>:

Hedayati Marzbali, M., Abdullah, A., Razak, N. A., & Tilaki, M. J. M. (2011). A review of the effectiveness of crime prevention by design approaches towards sustainable development. *Journal of Sustainable Development*, 4(1), 160-172.

Heitor, T. V. (2001). *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação de Ciência e Tecnologia.

Heitor, T. V. (2007). *Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas*. *Psicologia*, 21(2), 31-44.

Hollis-Peel, M., Reynald, D., van Bavel, M., Elffers, H., & Welsh, B. (2011). *Guardianship for crime prevention: a critical review of the*

literature. *Crime, Law and Social Change*, 56(1), 53-70. doi:10.1007/s10611-011-9309-2 aprovada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2015, 15 de julho, disponível em:

https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/EstNacHabitacao/ENpH_PT_FINAL.pdf:

Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities*. New York: Vintage.

Jeffery, C. R. (1971). *Crime prevention through environmental design*: Sage Publications Beverly Hills.

João, P. (2009). *Modelo Preditivo de Criminalidade: Georeferenciação ao Concelho de Lisboa*. (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação), Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Johnson, D., Gibson, V., & McCabe, M. (2014). *Designing in crime prevention, designing out ambiguity: Practice issues with the CPTED knowledge framework available to professionals in the field and its potentially ambiguous nature*. *Crime Prevention Community Safety*, 16(3), 147-168. doi:10.1057/cpcs.2014.3

Machado, H., & Santos, F. (2009). *A moral da justiça e a moral dos media: julgamentos mediáticos e dramas públicos*. *Caminhos nas Ciências Sociais*, 49.

Machado, P., Pereira, Á., Rebelo, M., Menezes, M., & Lutas Craveiro, J. (2007). *Metrópoles Seguras: Bases para uma intervenção multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*. Acedido em LNEC 114/2007:

MAI. (2016). *Contratos Locais de Segurança - Nova Geração*. Acedido em: <http://www.portugal.gov.pt/media/20490378/20160714-mai-contratos-locais-seguranca.pdf>:

Mansour, H. (2016). *Liveable Urban Areas and New Housing Typologies: A Case Study In Vila Nova de Famalicão, Portugal*. (Mestrado em Planeamento e Projecto Urbano), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Marques, S. C. R., Ferreira, F. A. F., Meidutė-Kavaliauskienė, I., & Banaitis, A. (2018). *Classifying urban residential areas based on their exposure to crime: A constructivist approach*. *Sustainable Cities and Society*, 39, 418-429. doi:https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.03.005

Martins, J. (2010). *Os sistemas de informação geográfica na gestão da*

IHRU. (2015). *Estratégia Nacional para a Habitação - Desafios e Mudanças*. Acedido em criminalidade em Portugal. (Mestrado em Gestão do Território (Área de especialização em Detecção remota e Sistema de Informação de Geográfica)), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Mawby, R. I. (1977). *Defensible Space: A Theoretical and Empirical Appraisal*. *Urban Studies*, 14(2), 169-179. doi:10.1080/00420987720080321

Mayhew, P., Clarke, R., Sturman, A., & Hough, J. M. (1976). *Crime as Opportunity*. London, Home Office

Mendes, F. (2009). *Urbanismo e suas implicações na segurança*. (Curso de Infantaria), Academia Militar Guarda Nacional Republicana, Lisboa.

Menezes, M. (2009). *Espaço: Uso, apropriação e representação*. Acedido em: http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/17718/2/Rel%20428_09.pdf:

Merry, S. E. (1981). *Defensible Space Undefined: Social Factors in Crime Control Through Environmental Design*. *Urban Affairs Quarterly*, 16(4), 397-422. doi:10.1177/107808748101600401

Michael, S. E., Saville, G., & Warren, J. W. (2012). *A CPTED bibliography: Publications related to urban space, planning, architecture, and crime prevention through environmental design, 1975-2010*. *Landscape Architecture and Environmental Planning Faculty Publications*, 65.

Miranda, J. (2016). *Comércio tradicional: contributos para a prevenção situacional de comportamentos antissociais*. (Mestrado em Ciências Policiais), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Moffatt, R. E. (1982). *Crime prevention through environmental design*. *RCMP Gazette*, 44(10), 1-17.

Moffatt, R. E. (1983). *Crime prevention through environmental design - a management perspective*. *Canadian J. Criminology*, 25, 19.

Monteiro, M. (2012). *O papel das polícias municipais na prevenção do crime: contributos e perceções da polícia municipal de Lisboa*. (Mestrado em Administração Pública (especialização em Administração da Justiça)), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Murray, C. (1983). *The physical environment and community control of crime*. *Crime and public policy*, 107-122.

Murray, C., Motoyama, T., & Rouse, W. V. (1980). *The link between crime and the built environment*. Washington, DC: United States Government Printing Office.

Neves, A. V. (2012). *A Criminalidade de Rua e o Contexto*. Apresentado em: VII Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto.

Newman, O. (1972). *Defensible space: Crime prevention through urban design*. New York: Macmillan.

Newman, O. (1976). *Design guidelines for creating defensible space*. US Department of Justice. Government Printing Office, Washington DC.

Newman, O. (1980). *Community of Interest*. New York: Doubleday.

Newman, O. (1996). *Creating defensible space*. US Department of Housing and Urban Development; Office of Policy Development and Research, Washington DC.

Perlgut, D. (1981). *Crime prevention for Australian public housing*. ACPC Forum, 4(3), 13-17.

Perlgut, D. (1982). *Crime Prevention and the Design Management of Public Developments in Australia: Selected Case Studies*. Acedido em: <http://crg.aic.gov.au/reports/8-80.pdf>:

Plaster Carter, S. (2002). *Community CPTED*. The Journal of the International Crime Prevention Through Environmental Design Association, 1(1), 15-24.

PORDATA. (2016). *Crimes registados pelas polícias*. Base de Dados de Portugal Contemporâneo. Acedido em: <http://www.pordata.pt/>

PORDATA. (2018). *Base de dados Portugal Contemporâneo*. <http://www.pordata.pt>.

Rebelo, M., Pereira, A., Craveiro, J., & Machado, P. (2009). *Percepções de (IN) segurança urbana nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto*. Acedido em: http://repositorio.inec.pt:8080/bitstream/123456789/17719/1/Rel%20429_09.pdf:

Ribeiro, A. (2011). *Arquitetura e Urbanismo como Factores de Segurança Pública*. (Mestrado em Arquitectura), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Arquitectura.

Rodrigues, A. (2016). *A Gestão do Espaço Construído e a Prevenção Criminal: O caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal*. (Mestrado em Direito e Segurança), Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa.

Sampaio, Á. (2007). *Design against crime: prevenção situacional do crime em espaço urbano*. (Mestrado em Design, Materiais e Gestão do Produto), Universidade de Aveiro, Aveiro.

Santana, P., & Roque, N. (2007). *A* (In) *Segurança na Amadora*. In P. Santana (Ed.), *A Cidade e a Saúde* (pp. 181 - 196). Coimbra: Edições Almedina.

Santana, P., Santos, R., Costa, C., & Loureiro, A. (2009). *Criar Cidade: Amadora Saudável e Activa*. Acedido em: https://www.researchgate.net/publication/270507622_Criar_Cidade_Amadora_Saudavel_e_Activa:

Santana, P., Santos, R., Costa, C., Roque, A., & Loureiro, A. (2010). *Crime: impacts of urban design and environment*. TRIA - Rivista internazionale di cultura urbanistica, 5.

Santana, P., Santos, R., Costa, C., Roque, N., & Loureiro, A. (2009). *Crime and urban environment: Impact on human health*. Apresentado em: *City Futures in a Globalising World*. An international conference on globalism and urban change.

Saraiva, M. (2008). *Planeamento e Concepção dos Espaços Públicos na Óptica da Prevenção da Criminalidade*. (Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento), Faculty of Engineering of the University of Porto, Porto, Portugal.

Saraiva, M., Matijosaitiene, I., Diniz, M., & Velicka, V. (2016). *Model (my) neighbourhood—a bottom-up collective approach for crime-prevention in Portugal and Lithuania*. Journal of Place Management and Development, 9(2), 166-190. doi:10.1108/JPMD-09-2015-0033

Saraiva, M., & Pinho, P. (2011). *A comprehensive and accessible approach to crime prevention in the planning and design of public spaces*. Urban Design International, 16(3), 213-226. doi:doi.org/10.1057/udi.2011.7

Sarkissian, W., Hirst, A., Stenberg, B., & Walton, S. (2003). *Community participation in practice: New directions*. The Institute for Sustainability and Technology Policy, Murdoch University, Murdoch, WA.

Sarkissian, W., Perlgut, D., Ballard, E., & Walsh, K. (1994). *The community participation handbook: resources for public involvement in the planning process*: Institute for Science and Technology Policy, Murdoch University.

Sarkissian, W., Walsh, K., & Cook, A. (1997). *Community participation in practice: A*

practical guide: Institute for Science and Technology Policy, Murdoch University.

Saville, G. J. (1994). Crime problems, community solutions: Environmental criminology as a developing prevention strategy. Vancouver, B.C.: AAG Publications.

Schubert, H., Soomeren, P. v., Saraiva, M., Diniz, M., Idrovo, D., Le Calloch, M., Rybka, A., Samatas, M., & Stanarevic, S. (2016). Cooperation in Partnerships and Process of CPUDP - Results of Working Group 1. Acedido em: <http://www.costtu1203.eu/>:

Scott, J. (2013). Social network analysis. Los Angeles: Sage.

Silva, C. (2014). Segurança Urbana - A Arquitetura ao Serviço da Diversidade: Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil. (Doutoramento em Arquitetura. Especialidade Teoria e Prática do Projeto), Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Silva, N. (2013). ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE O CRIME E A FLORA URBANA NUMA METRÓPOLE PORTUGUESA. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Silva, S. (2013a). A Criminalidade e a Insegurança - Influência da Malha Urbana. GeoPlanUM, II, 3-9.

Silva, S. (2013b). Geografia da (in)segurança no município de Guimarães. (Mestrado em Planeamento e Gestão do Território / Geografia), Universidade do Minho.

Silva, S., & Remoaldo, P. (2014). A Geografia da (in)segurança num município português de média dimensão. Apresentado em: The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Soomeren, P. v. (1987). Safe and secure cities. Apresentado em: Conference on the

reduction of urban insecurity (general introduction), Barcelona (Spain).

Soomeren, P. v. (2014). Roots of CP-UDP and general principles of CPTED. Draft for the Estonian CPTED manual/training.

SSI. (2015). Relatório Anual de Segurança Interna. Acedido em: <http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>:

Stummvoll, G. (2012). Governance through norms and standards: The normative force behind design-led crime prevention. Criminology and Criminal Justice, 12(4), 377-396.

Tulumello, S. (2014). Local Policies for Urban Security and Spatial Planning in the Lisbon Metropolitan Area: The cases of Lisbon, Cascais and Barreiro Municipalities. Acedido em:

<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/15721>:

Tushman, M. L. (1977). Special Boundary Roles in the Innovation Process. Administrative Science Quarterly, 22(4), 587-605. doi:10.2307/2392402

Valente, M. (2007). Urbanismo, Segurança e Lei - Tomo I. Coimbra: Almedina.

Vieno, A., Roccatto, M., & Russo, S. (2013). Is Fear of Crime Mainly Social and Economic Insecurity in Disguise? A Multilevel Multinational Analysis. Journal of Community & Applied Social Psychology, 23(6), 519-535. doi:10.1002/casp.2150

Weisburd, D., Groff, E. R., & Yang, S.-M. (2012). The criminology of place: Street segments and our understanding of the crime problem. Oxford: Oxford University Press.

Weisburd, D., & Telep, C. W. (2014). Hot Spots Policing. Journal of Contemporary Criminal Justice, 30(2), 200-220. doi:10.1177/1043986214525083